



INTERFACES ENTRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE FEMININA EM AMBIÊNCIAS MIDIÁTICAS

INTERFACE BETWEEN THE PROCESS OF CULTURAL DEVELOPMENT AND CONSTRUCTION OF FREEDOM WOMEN IN ENVIRONMENTS MEDIA

Maria Aparecida Santana Camargo¹
Mariane Camargo D'Oliveira²
Marcele Camargo D'Oliveira³

RESUMO

Muito embora os sujeitos se encontrem inseridos em um contexto de organização política embasado no regime democrático e participativo, o que se vislumbra é que ainda vive-se em uma sociedade caracterizada, em suas mais variadas esferas, pela privação das liberdades dos indivíduos. Neste contexto, sustentando-se na obra “Desenvolvimento como Liberdade” do economista Amartya Sen, pretende-se nesta pesquisa analisar como o processo de desenvolvimento, notadamente o cultural, adentra como mecanismo capaz de resolver a problemática envolvendo as liberdades. Salienta-se, assim, que o desenvolvimento requer que se afastem da conjuntura social as principais fontes de privação de liberdade, pois apenas assim tornar-se-á possível solucionar questões atuais como a desigualdade social, a injustiça e a ausência de liberdades. Com suporte nestas concepções, é relevante investigar, num enfoque contemporâneo, a maneira pela qual os discursos midiáticos representam a feminilidade e, por consequência, a liberdade das mulheres. Busca-se abordar esta temática partindo do pressuposto de que na maioria dos discursos midiáticos perpassa a ideia de subalternidade feminina. Assim, à medida que se exercem as liberdades substanciais, está-se progredindo em direção ao pleno desenvolvimento social. É imprescindível, deste modo, que sejam integrados no âmbito sociopolítico fatores como a participação, a autonomia, a liberdade e o poder.

Palavras-chave: Autonomia; Gênero; Participação; Poder.

ABSTRACT

Although the subjects are placed in a context of political organization grounded in participatory democracy and the ahead is still living in a society characterized, in their various spheres, the deprivation of liberty of individuals. In this context, holding up the book "Development as Freedom" by economist Amartya Sen, this research aims to analyze how the development process, notably the cultural, enters as a mechanism to solve the problem involving freedoms. It is noted, therefore, that the development requires that depart from social conjuncture the main sources of deprivation of liberty, because only thus will become possible to solve current issues such as social inequality, injustice and lack of freedoms. With support these concepts, it is relevant to investigate, in a

¹ Doutora em Educação (UNISINOS). Professora da UNICRUZ. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos (GPEHP). Coordenadora do NUCART. cidascamargo@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito, com concentração na área de Políticas Públicas de Inclusão Social, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Integrante do GPEHP. Advogada. maricamargod@gmail.com

³ Acadêmica do 7º período do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Integrante do GPEHP. marcelecamargod@gmail.com



contemporary approach, the way in which media discourses represent femininity and therefore the freedom of women. Seeks to address this problem under the assumption that most of the media discourse permeates the idea of female submission. So, as they exert substantial freedoms, we are progressing towards full social. It is essential, therefore, to be integrated within sociopolitical factors such as participation, autonomy, freedom and power.

Key-words: Autonomy; Gender; Participation; Power.

INTRODUÇÃO

À medida que se pretende reacquecer as discussões acerca da interface entre desenvolvimento, liberdade e mídia, inserindo questões controversas como a emancipação sociopolítica, a feminilidade, a autonomia, a participação, o poder e a democracia, a obra “Desenvolvimento Como Liberdade”, de autoria de Amartya Kumar Sen, destacado economista indiano laureado com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1998, é leitura obrigatória. A perspectiva enfocada por Sen possibilita compreender a relevância da temática ao fomentar novos olhares sobre igualdade, justiça, capacidades, ampliação de liberdades, autonomia social e desenvolvimento.

O pensamento do autor em questão é fortemente influenciado pelos princípios smithinianos, uma vez que sua teoria é calcada, de forma precípua, nos mecanismos de mercado como elementos capazes de propiciar liberdade aos indivíduos. Não se trata, necessariamente, de liberalismo ou desregulamentação da vida social, tendo em vista que o autor não propõe a desfragmentação do modo de produção capitalista. Com base neste pressuposto ideológico é que Sen condiciona o viés do desenvolvimento como liberdade.

A partir disso é que se pode assimilar como os discursos midiáticos reforçam o estereótipo de feminilidade e de domesticidade, já que a pesquisa busca analisar, em um enfoque contemporâneo, a maneira pela qual a mídia representa a mulher e sua liberdade. Esta é uma temática primordial que conduz ao pleno desenvolvimento cultural. Consequentemente, para que o objetivo deste estudo, de cunho bibliográfico, fosse alcançado, a metodologia utilizada consistiu no emprego do método dedutivo. Nesse aspecto, configura-se em uma investigação de caráter qualitativo, porquanto, a partir de uma análise da temática das relações de gênero e de poder, faz-se uma reflexão no que tange à expansão das mais diferentes formas de liberdades humanas como corolário direto do desenvolvimento cultural.



1 A FEMINILIDADE REPRESENTADA NO DISCURSO DA MÍDIA

As manifestações culturais vêm sendo produzidas e reproduzidas, paulatinamente, segundo os valores e costumes introjetados ao longo dos tempos. Assim, o processo de construção cultural é temática interdisciplinar que perpassa não só os modos de conviver em sociedade, mas especialmente quais comportamentos e atitudes influenciam nesta cotidianidade, visando manter ideologias dominantes no poder, a partir da consequente invisibilidade identitária de determinados grupos sociais heterogêneos.

Nesse contexto sociocultural, os enunciados encontrados na mídia representam, na maioria das vezes, a mulher através de perspectivas atreladas à domesticidade, à ausência de racionalidade, à predisposição ao sentimental, à sexualidade e, principalmente, à inferioridade. Isto foi solidificando uma determinada concepção discursiva, ou seja, construindo o discurso conservador machista, o discurso do sucesso da beleza física feminina preconizado pela mídia, o discurso da maternidade em detrimento da sexualidade, e assim por diante. A problematização da masculinidade é um dos efeitos da sistematização dos estudos referentes à mídia, ao gênero e à liberdade. Desta forma, considerando que a cultura está diretamente correlacionada com a produção de significados, pode-se afirmar que as concepções que se atribuem aos indivíduos, aos fatos e aos valores constituem marcas de igualdade e de diferença entre os grupos sociais, os quais operam no sentido de reproduzir representações hegemônicas de gênero.

Nesse sentido, Foucault alude que as relações de poder implicadas na produção social de sujeitos não se separam de um aparato discursivo bastante complexo, ou seja, normas e prescrições são, sobretudo, linguagem, verbo, significações construídas, sentidos multiplicados em atos muito concretos. Os enunciados de um discurso são sempre históricos e, como tais, devem ser analisados, já que são sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente⁴.

Focalizando a partir do espectro apresentado, pode-se aduzir, como destaca Gastaldo que, entre os vários gêneros discursivos encontrados na mídia (jornalismo, publicidade, dramaturgia, etc.), um dos mais suscetíveis de representações estereotipadas é o chamado “discurso publicitário”. Ocorre que o tempo e o espaço limitados dos

⁴ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 90-98.



anúncios publicitários fazem com que eles necessitem utilizar representações extremamente claras e com a menor ambiguidade possível, de modo a permitir a leitura rápida e a compreensão imediata por parte do público-alvo⁵.

Sob este prisma, consoante Widholzer, e no tocante ao gênero e à conformação do “núcleo familiar”, a publicidade, de um modo geral, sustenta-se em velhos, mas ainda vigentes, padrões da sociedade patriarcal. Logo, a imagem de “domesticidade” ou “de sustentáculo interno da estrutura familiar” é a que comumente se constrói para a mulher⁶. A mídia reflete, pois, a forma como os padrões estabelecidos socialmente estão instaurados, sendo convencional a representação dos modelos de conduta masculino e feminino, transmitida, dissimulada e manipuladoramente, aos receptores, os quais, com exceções, não veem necessidade de questioná-la, haja vista que ela se apóia no senso comum.

Seguindo este caminho, Miguel e Biroli destacam que a mídia tem um papel relevante na determinação dos assuntos sobre os quais os indivíduos pensam e que são objeto de discussões em diferentes espaços, isto é, atua centralmente na definição do que é relevante e merece atenção⁷. De igual modo, Sabat menciona que⁸:

A publicidade é o lugar onde são representados códigos culturais, onde significados são trocados. Cada elemento que compõe um anúncio é um signo que permite ler a imagem de acordo com os códigos culturais que se carrega e também de construir novos. Nesse âmbito, a publicidade frequentemente utiliza-se de símbolos ou representações que têm eco nas relações sociais.

O discurso midiático, então, universaliza a feminilidade e a masculinidade, notadamente ao considerar características inerentes, naturalizadas e essencializantes, delineando, via de regra, uma relação periférica feminina. A reprodução feita pela mídia

⁵ GASTALDO, Édison. A Representação do Espaço Doméstico e Papéis de Gênero na Publicidade. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 55.

⁶ WIDHOLZER, Nara. A Publicidade Como Pedagogia Cultural e Tecnologia de Gênero: a abordagem lingüístico-discursiva. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 18.

⁷ MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 125-126.

⁸ SABAT, Ruth. Imagens de Gêneros e Produção da Cultura. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 94-95.



culmina por afirmar modelos tradicionalmente patriarcais, criando e reforçando imagens estereotipadas dos sujeitos. As narrativas e as imagens veiculadas fornecem códigos, símbolos, representações, signos e mitos que contribuem para solidificar uma cultura do senso comum de naturalização das disparidades entre os sujeitos.

Em conformidade com o alerta feita por Silverstone, a força da mídia torna mais eficaz, por estar presente no dia-a-dia das pessoas, contribuindo decisivamente na formação do senso comum⁹. Tal fato ocorre porque, segundo Miller e Swift, as palavras são usadas cotidianamente, veiculadas na mídia e registradas pela literatura popular, aquelas que constroem o pensamento e transportam ideias e informações, entre elas, os preconceitos e as discriminações¹⁰.

Nesta visão, levando-se em conta que os anúncios publicitários são parte integrante do sistema da mídia, as representações de conjuntos sociais - e também de relações de poder - tendem a parecer evidentes e naturais, sendo que, por esta via, desempenham um importante papel na cultura contemporânea. Ler imagens e mensagens pode ser, assim, um caminho para questionar as representações de gênero que continuam operando em favor da produção da desigualdade e, por conseguinte, desmitificar muitos dos cânones sociais ainda predominantes.

Mostra-se necessário, portanto, (re)pensar os discursos reproduzidos pela mídia. Nesse ponto de vista, Goffman afirma que, na mídia brasileira, a manutenção de representações convencionais da dicotomia entre o público e o doméstico, marcadas por representações das relações de gênero, realça o que as mulheres teriam em comum: sua condição de mulher, entendida de maneira específica, ou seja, caracterizada de acordo com os estereótipos que as definem por sua posição na esfera doméstica (íntima, familiar), seu corpo e sua autoapresentação. A feminilidade aparece como estigma, visto que se constrói um retrato total do indivíduo a partir de alguns traços ou características localizadas, as quais são mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter em um certo momento¹¹.

⁹ SILVERSTONE, Roger. Inventar o Quinto Poder. Entrevista concedida a Ubiratan Muarrek. *Carta Capital*. Ano IX. N. 227. São Paulo: fev. 2003. p. 58.

¹⁰ MILLER, Casey. SWIFT, Kate. *Words and Women*. New language in new times. Updated. New York: Harper Collins, 1991. p. 43-50.

¹¹ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p. 48.



De qualquer maneira, nesta seara de significados em luta, como em qualquer outra, nada é definitivo. A existência de movimentos sociais que lutam contra esta situação, bem como sua visibilidade nos ambientes midiáticos, é indicativa de que há um embate ocorrendo, que novos significados estão sendo produzidos e articulados e que, talvez, uma desconstrução possa estar surgindo na conjuntura social.

Logo, é mister considerar que, conforme referem Miguel e Biroli, os mecanismos de socialização de gênero ocupam uma posição central na conformação das práticas sociais femininas. A associação entre mulheres e a esfera doméstica, com a consequente afirmação do espaço público como território exclusivo dos homens, permanece atuante mesmo quando elas rompem as barreiras e ingressam em outras ambiências. A representação midiática da liberdade feminina, contudo, ainda está alicerçada nos valores hegemonicamente masculinos¹².

É essencial examinar, por oportuno, que a invisibilidade das marcas que diferenciam mulheres de homens pode reforçar uma concepção universal de indivíduo que nega as diferenciações existentes socialmente e as relações de poder perpassadas pelo gênero. Igualmente nesta compreensão, a presença, como mulheres, vinculada a modelos que remetem à maternidade, à vida doméstica e à sexualidade, dá continuidade a representações convencionais e restritivas, naturalizadas no conjunto midiático.

A exigência difusa de que as mulheres se comportem como homens quando se encontram em posições de maior destaque, ou para que a elas tenham acesso, convive com a exigência de que as mulheres se comportem como mulheres que de fato são. Nos dois casos, mantêm-se critérios androcêntricos para o julgamento do comportamento feminino, os quais prendem as mulheres a comportamentos convencionais ou as restringem aos comportamentos considerados legítimos nas esferas predominantemente masculinas, como reflexionam Miguel e Biroli¹³.

Cabe ressaltar, então, que, de acordo com o pensamento de Gastaldo, o discurso publicitário não é uma mera crônica de costumes contemporânea. Tal discurso está carregado de conteúdo ideológico e, à proporção que defende publicamente um interesse privado, protege, de igual maneira, uma ideologia de permanência da estrutura

¹² MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. Op. Cit.* p. 100.

¹³ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. Op. Cit.* p. 85.



hierárquica da sociedade e do modo de produção capitalista que esse interesse representa¹⁴. Logo, Fairclough alude que é por meio da linguagem que os sujeitos dos mais variados grupos sociais podem exercer o poder sobre outros no conjunto de relações que se estabelecem na sociedade a que pertencem. Como ocorre a dominação de alguns indivíduos por outros, a linguagem entra em ação contribuindo para a produção, manutenção e troca de relações sociais de poder¹⁵.

Depreende-se, pelo brevemente exposto, que a publicidade procura, ainda, perpetuar estereótipos de relações de gênero, em searas nas quais a mulher é subjugada, embora se saiba que, cada vez mais, ela vem ocupando posições de destaque nos diversos âmbitos sociopolíticos do poder local e de outros níveis mais complexos. Os discursos midiáticos revelam-se, portanto, como um instrumento de poder, já que não se busca apenas a compreensão, mas também, e principalmente, a persuasão e o reconhecimento de que aquilo que se fala é bom, é verdadeiro e necessita ser transposto para a cotidianidade. Nessa direção, estes discursos são fortemente marcados pelas estruturas e papéis sociais. Como corolário desse processo de massificação da cultura, é fundamental repensar de que maneira a liberdade feminina está sendo representada nos discursos da mídia.

2 A LIBERDADE NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

Sob a ótica de Sen, a emancipação das mulheres, a reivindicação por direitos e igualdade de gênero ou, ainda, as limitações e impedimentos sociais que certos grupos, como os negros, vivenciam mesmo em países de elevada produção de riqueza e capitais, são alguns dos exemplos utilizados pelo autor para trazer à tona a sua noção de desenvolvimento. O economista indiano, ao defender a necessidade de ampliação das oportunidades sociais, entende, em uma base aberta e reflexiva, a liberdade como causa e consequência do desenvolvimento. Esclarece o teórico, inclusive, que¹⁶:

¹⁴ GASTALDO, Édison. A Representação do Espaço Doméstico e Papéis de Gênero na Publicidade. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em Discursos da Mídia. Op. Cit.* p. 60.

¹⁵ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 145.

¹⁶ SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 47.



A questão da participação também é central para alguns dos problemas básicos que têm minado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Por exemplo, argumentou-se que o desenvolvimento econômico do modo como conhecemos pode, na realidade, ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. Objeções desse tipo são com frequência sumariamente descartadas com o argumento de que é melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional.

Em sendo assim, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que desempenham um papel relevante no processo, conforme ressalta Sen¹⁷.

O autor em foco alerta, pois, para o fato de que não se pode incorrer em visões simplistas de desenvolvimento, eis que há uma simultaneidade nas condições de escala da estrutura e das opções cotidianas individuais. Isto porque, segundo Sen, a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que se dispõe. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais¹⁸.

Analisando nessa direção, o teórico argumenta que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, tais como: pobreza e tirania, fome, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos¹⁹ e interferência excessiva dos Estados repressivos. Através destas noções é que se pode começar a articular, publicamente, mudanças sociais, a partir de uma posição democrática que compreende a liberdade como meio e fim do desenvolvimento, já que, consoante esclarece Sen²⁰:

¹⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 159.

¹⁸ SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 63.

¹⁹ Para Sen, o acesso a serviços públicos de qualidade influencia, de igual modo, no bem-estar e nas privações. Educação, saúde, saneamento, segurança, e assim sucessivamente, são benefícios que o Estado oferece, sendo que o seu caráter, qualidade e abrangência interferem de forma incisiva na qualidade de vida dos indivíduos. SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 90-96.

²⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 18.



Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade.

Neste processo, mostra-se crucial valorizar os modos de vida que as pessoas optaram por seguir, suas ideologias e, de forma primordial, o respeito às diversidades socioculturais. Torna-se claro o papel democrático que as instituições, e especificamente aqui o contexto midiático, devem assumir, resultando na relevância da participação e da liberdade como geradoras de desenvolvimento, à proporção que os sujeitos escolhem o caminho a seguir de acordo com suas possibilidades. Sob este panorama, elucida Sen que²¹:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nesta perspectiva, as pessoas tem de ser vistas como ativamente envolvidas - dada a oportunidade - na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção.

Sen introduz, pois, um elemento crucial para a compreensão e a análise desta problemática: a capacidade²². O economista considera a liberdade não somente como liberdade de escolha, mas também como capacidade de escolher, no plano de condições

²¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 71.

²² Em muitos aspectos ela é influenciada por questões culturais, principalmente relacionadas aos preconceitos. Existe uma tendência segundo a qual as rendas familiares desfavoreçam o gênero feminino, por exemplo. Há, do mesmo modo, necessidades que se configuram em especificidades de determinados grupos sociais, como idosos, deficientes, crianças e mulheres. Assim, estas particularidades interferem na análise da capacidade, sobretudo quando se considera a renda. Nesses casos, a ação do Estado torna-se necessária para corrigir tais distorções. SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. *Op. Cit.* p. 95.



reais e materiais do sujeito estabelecer sua preferência mediante maior quantidade de opções possíveis. Isso conduz à conceituação da denominada liberdade substantiva. O autor sustenta sua visão de possibilidades reais de escolhas no caminho das condicionantes e dos limites que permitem determinar as preferências individuais. Neste plano, aduz o autor em questão que “o objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas”. Destaca, inclusive, que estas capacidades individuais dependem, crucialmente, entre outras, de disposições econômicas, sociais e políticas²³.

Este aspecto da capacidade fica notório, igualmente, quando o economista enfatiza sobre os direitos. Isto porque ele entende que a existência de Direitos Humanos é incoerente se não houver quem tenha o dever de garantir tais direitos. Ou seja, é necessário existirem agentes que salvaguardem o seu estabelecimento. Na visão de Sen, os direitos são o resultado de pretensões exercidas pelo Estado, as quais são influenciadas pela economia, pela política e pela cultura. No que tange à economia, imprescindível é mencionar, também, o papel dos mercados no processo de desenvolvimento.

Posto isto, na concepção de Sen, “a liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização”²⁴. Outrossim, na medida em que são criadas políticas que venham a restringir oportunidades de mercado, ocorrerá a própria restrição da expansão das liberdades substantivas geradas pelo sistema de mercado.

Importa salientar, inclusive, que o funcionamento do modo de produção capitalista depende de aspectos culturais e éticos. A legitimidade deste sistema não é somente uma imposição jurídica, mas também uma aderência cultural, de tal modo que alguns elementos como o do comportamento egoísta, o do interesse e do lucro, da corrupção, entre outros, configuraram-se em caráter natural no senso comum.

Em outro ponto, promover a liberdade significa além da ruptura dos óbices que interferem na livre escolha, o fomento da igualdade nas condições reais de estabelecê-las. Em Sen, os instrumentos da política econômica são essenciais na implementação de políticas públicas necessárias para a garantia da liberdade substantiva dos sujeitos. Ademais, tal fato se constitui em uma interrelação de mão dupla, mormente porque as

²³ SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade. Op. Cit.* p. 71.

²⁴ SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade. Op. Cit.* p. 21.



políticas públicas também são resultados do aumento da capacidade dos indivíduos através do conhecimento, o que operacionaliza um efeito multiplicador.

Para que isso ocorra, existe a necessidade de extrapolar o vetor renda no exame da liberdade e do bem-estar, haja vista que este elemento, por si só, não reflete a real condição pessoal. Educação pública de qualidade, saúde pública, saneamento, entre outros, são benefícios que os sujeitos podem dispor independentemente de sua renda. Nesse conjunto, é preciso considerar que, no capitalismo, há um ganho da liberdade de poder vender o trabalho, pois o elemento diferencial é justamente o de poder estabelecer transações. O autor, concatenando tais ideias, analisa a democracia como uma grande conquista, apesar de não ser suficiente como garantia de liberdade.

Destaca-se, assim, que a expansão da liberdade é vislumbrada sob dois prismas: o constitutivo e o instrumental. Aquele se refere à possibilidade de evitar privações, como a fome e a falta de conhecimento; este, aos diferentes tipos de direitos e oportunidades que contribuem para a expansão da liberdade humana no geral. Nesse aspecto, é de elucidar que a liberdade substantiva é algo extremamente difícil de se verificar, o que, ao mesmo tempo, torna mais complexo o conceito de liberdade. É por isso que, segundo o teórico, a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Logo, a capacidade é um tipo de liberdade.

3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

É de se sublinhar, já de antemão, que em todas as culturas as diferenças de gênero constituem uma forma para as pessoas se identificarem como sujeitos sociais, para organizar as relações sociais e para simbolizar os acontecimentos de processos sociais, naturais, culturais e políticos. Nessa dimensão, Sardenberg acentua que a sociedade é organizada a partir do gênero, em que, nos contextos históricos específicos, são construídas as relações étnicas, de classe, de geração e de gênero²⁵. Em outros termos, embasados nas categorias de sexo, de etnia e de geração, os corpos se diferenciam, se classificam e se categorizam. Este corpo está submetido a uma leitura culturalmente específica e, assim, classificado de acordo com demarcações sociais existentes.

²⁵ SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 90.



Sob este prisma, Canclini revela que ao se levarem em conta os conflitos sociais que acompanham a globalização e as mudanças multiculturais, fica implícito que o que ocorre com as indústrias é bem mais do que aquilo que se vê nos espetáculos da mídia. Parece necessário, pois, precisar a seguinte afirmação: a identidade é uma construção, mas o relato artístico, folclórico e comunicacional que a constitui se realiza e se transforma em relação às condições sócio-históricas não redutíveis à encenação. A identidade é teatro e é política, é representação e ação²⁶. A afirmação identitária está, pois, atrelada à liberdade, sendo que ambas conduzem ao processo de desenvolvimento cultural.

Analisando a partir deste ângulo, Canclini ainda alerta que estudar o modo como estão sendo produzidas as relações de continuidade, ruptura e hibridização entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos, do desenvolvimento cultural é, hoje, um dos maiores desafios para se repensar a identidade e a cidadania. Não há apenas coprodução, mas também conflitos pela coexistência de etnias e racionalidades dos cenários de trabalho e de consumo. Daí as categorias de hegemonia e resistência continuarem sendo úteis. Porém, a complexidade dos matizes destas interações demanda um estudo das identidades como processos de negociação, na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais²⁷.

A partir deste pressuposto, é possível visualizar a persistência de estereótipos de gênero organizando a relação entre as especificidades femininas e sua visibilidade na mídia. Isso não significa que um mesmo discurso se mantenha ao longo do tempo. Há, no entanto, um fundo comum que é atualizado nos diferentes discursos, em suas variações no tempo e na representação das mulheres. Dessa forma, a dualidade entre o público e o privado constitui hierarquias que se concretizam na atribuição de posições diferenciadas a homens e mulheres - mesmo quando estas tenham trajetórias capazes de impor uma reconfiguração de tais fronteiras. A atenção ao modo como essas esferas são representadas permite compreender aspectos relevantes da visibilidade diferenciada dos atores sociais na mídia, sobretudo quando a atenção está voltada para as relações de gênero, como frisam Miguel e Biroli (2011)²⁸.

²⁶ CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 172.

²⁷ CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Op. Cit. p. 55.

²⁸ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia**. Op. Cit. p. 90.



Em sendo assim, pode-se confirmar que a representação midiática do poder feminino é carregada de ideologias, que tendem a naturalizar as relações de poder, construindo significados de acordo com os quais é imposto o modo como as coisas são e a maneira como elas devem ser, ou seja, uma ordem das coisas “natural” e, portanto, imutável. Entretanto, à proporção que este processo de naturalização se revela como uma construção social, pode-se discuti-lo, sendo que, conseqüentemente, a mudança social passa a ser uma possibilidade. Repensar os esquemas que são preestabelecidos configura-se como uma alternativa imprescindível para que não sejam reproduzidos discursos midiáticos que representam a mulher como um ser diferentemente desigual, inferior e desprovido de poder.

CONCLUSÃO

Da análise da obra de Sen, fica claro que o seu pensamento é enviesado no sentido de que o desenvolvimento culmina na liberdade, antes de mais nada, um desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, processo que perpassa, substancialmente, a educação e a emancipação. Nesse plano político-ideológico, o teórico se aproxima do ponto de vista reformista, levando-se em conta que a ideia de ruptura com o modo de produção capitalista está longe de seu exame. Por outro lado, a liberdade política e de transações está bastante presente, ao referir que ainda que países comunistas apresentem melhores índices sociais, o tolhimento da liberdade proporcionado pelos governos autoritários fere o bem-estar dos indivíduos. É mister esclarecer, por isso, que a avaliação deste bem-estar, notadamente a partir das escolhas, pode ser distorcida pela condição social.

Em que pese tais confrontações, deve ser observado que, ao defender o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais”²⁹, o autor ignora as relações de poder que permeiam o ambiente social e político, ao pressupor que possa existir uma liberdade real como uma condição para o bem-estar individual e coletivo e, concomitantemente, um fim em si mesma. No entanto, não se pode esquecer que a cotidianidade é um constante campo de lutas sociais.

²⁹ SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade. Op. Cit.* p. 17.



É fundamental considerar, por outro lado, que, adotando a noção de “desenvolvimento como liberdade”, Sen almeja uma fórmula universal, um parâmetro a ser verificado em qualquer situação, desde as condições presentes na Índia, na França, na China, nos Estados Unidos ou, até mesmo, no Brasil. Esta pretensão pode, contudo, esvaziar-se nos objetivos do desenvolvimento. Também é preciso ter cuidado com o discurso retroalimentador produzido pelo teórico no que tangencia à liberdade, já que esta deve estar na origem e no final, sendo “necessária e suficiente para a responsabilidade”³⁰. Nessa compreensão, parece que a noção de liberdade não engendra um movimento de expansão e de desfragmentação do estabelecido socialmente.

Ilações tais demonstram que, nas ambiências complexas em que se está inserido, apontar caminhos para a solução de questões atuais como desigualdade social, injustiça e ausência de liberdades constitui-se como uma tarefa complexa. Sob esta perspectiva, tem razão Sen ao rejeitar uma medida única para aferir o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos, especialmente ao se ponderar a individualização e o pluralismo em termos de interesses e formas de vida generalizadas e em expansão. É imprescindível apreender, nesse sentido, que o desenvolvimento deve ser vislumbrado como articulado à liberdade, mas sem deixar de sopesar as relações efetivas de dominação, as oportunidades concedidas a determinados grupos e, conseqüentemente, o acesso diferencial a posições e recursos, as quais perpassam o atual contexto sociopolítico.

A partir deste enfoque foi possível esclarecer que a mídia ainda persiste em produzir e reproduzir este discurso de subalternidade feminina, visto que os anúncios publicitários tendem a representar a mulher como sujeito substancialmente correlacionado ao privado. Esta domesticidade que impera revela muito dos aspectos culturais que são engendrados na conjuntura social. Neste ponto, as relações de poder entre os grupos sociais - como aqueles definidos por classe social, etnicidade e gênero -, de forma frequente, são representadas como minorias, inexoravelmente, manipuláveis. É indispensável, nesse sentido, analisar as representações midiáticas dos espaços sociais, a fim de que não se tornem evidentes e naturais relações de poder alicerçadas na subserviência feminina.

³⁰ SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade. Op. Cit.* p. 322.



REFERÊNCIAS

- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- GASTALDO, Édison. A Representação do Espaço Doméstico e Papéis de Gênero na Publicidade. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 53-69.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: UNESP, 2011.
- MILLER, Casey. SWIFT, Kate. **Words and Women**. New language in new times. Updated. New York: Harper Collins, 1991.
- SABAT, Ruth. Imagens de Gêneros e Produção da Cultura. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 93-118.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVERSTONE, Roger. Inventar o Quinto Poder. Entrevista concedida a Ubiratan Muarrek. **Carta Capital**. Ano IX. N. 227. São Paulo: fev. 2003. p. 58-59.
- WIDHOLZER, Nara. A Publicidade Como Pedagogia Cultural e Tecnologia de Gênero: a abordagem lingüístico-discursiva. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 17-52.